

Anexo IV – ACORDO DE COOPERAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-264 – Vitória – ES

27 3357-7500

Anexo IV da Resolução CS nº XX/XXXX de XX/XX/XXXX

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Nota Explicativa 1: (sem repasse de recursos financeiros)

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A) XXXXXXXXXXXXXXXX E O INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.

PARTÍCIPES:

XXXXX O(A) XXXXXXXXXXXX XXXXXXXX XX XXXXXX XX XXXXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ/MPF sob o número XX.XXX.XXX/0001-XX, com sede na Av./Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXX Bairro XXXXXXXXXXXX - (Cidade) - (UF) - CEP: XXXXX-XXX, neste ato representado por seu(ua) (cargo/representação), (nome), daqui por diante designado(a) (Sigla por exemplo);

Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes, inscrito(a) no CNPJ/MPF sob o número 10.838.653/0001-06, com sede em Avenida Rio Branco, nº 50, Santa Lúcia Vitória/ES - CEP 29055-640, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Professor **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador do RG nº XXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, conforme Decreto MEC de 03 de setembro de 2013 publicado no D.O.U. de 04 de setembro de 2013, que confere ao qualificado, poderes para representá-la na assinatura deste acordo de cooperação, daqui por diante designada Ifes,

Nota Explicativa 2: Inserir a quantidade de partícipes necessária com suas respectivas informações. Caso a parceria seja celebrada via Campus os dados devem ser do Diretor Geral e endereço do próprio Campus.

As partes acima identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram um Acordo de Cooperação, em conformidade com as normas legais vigentes, no que couber com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e com a Lei Estadual nº 15608, de 16 de agosto de 2007, e com as disposições contidas nos autos do processo nº XXX/20XX, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Nota Explicativa 3: O preâmbulo deverá conter a qualificação dos partícipes, bem como a sujeição do termo às normas vigentes e, se for o caso, ao Processo Administrativo nº XXX/20XX, numerado pela Procuradoria-Geral de Justiça ou o Número do Processo dentro do Ifes.

Nota Explicativa 4: As cláusulas a seguir deverão estar em consonância com o Plano de Trabalho que deverá ser anexado, juntamente a este instrumento, ao processo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Estabelecer condições de cooperação mútua, com o objetivo de XXXXXXXXXXXXX

ou

O presente Acordo tem por objeto estabelecer a mútua cooperação entre o(a) XXXX e o Ifes, visando XXXXX

Nota Explicativa 5: Descrever o produto final da parceria, de forma completa e clara, de modo a não suscitar duplicidade de interpretação. Este produto, que corresponde ao objeto a ser executado, deve ser de interesse comum aos partícipes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

I - Compete a(o) XXXXXXXX:

a)...

b)...

II - Compete ao Ifes:

a)...

b)...

Nota Explicativa 6: Descrever detalhadamente as responsabilidades/atribuições de cada um dos partícipes (art. 55, VII, Lei nº 8.666/93). Para convênios (com repasse de recursos), consignar as obrigações dos partícipes previstas no plano de trabalho (prazos para desembolso, plano de aplicação de recursos financeiros etc).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

As atividades decorrentes do presente Acordo serão executadas fielmente pelos partícipes, com base em suas cláusulas, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As ações relacionadas à execução das atividades objeto deste Acordo dar-se-ão conforme cronograma de execução, preliminarmente acordado entre os partícipes, e apresentado no Plano de Trabalho em anexo.

Nota Explicativa 7: Descrever de forma sucinta, em coerência com o cronograma de execução – art. 55, II, Lei nº 8.666/93. Vale lembrar que a descrição detalhada deverá estar no Plano de Trabalho em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS OU DO ÔNUS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes. Os serviços decorrentes do presente Acordo

serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

Nota Explicativa 8: Para os Acordos de Cooperação onde NÃO HÁ REPASSE FINANCEIRO, é imprescindível registrar que não há ônus para as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO

Cada partícipe indicará um gestor e seu respectivo substituto (pessoa física) para acompanhar a execução deste Acordo.

Ao gestor do Acordo de Cooperação do XXXXX(*), competirá dirimir as dúvidas que surgirem na sua execução e de tudo dará ciência à Administração do XXXXX(*).

§ 1º - O gestor do Acordo de Cooperação anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º - O acompanhamento não exclui e nem reduz a responsabilidade dos outros partícipes perante o XXXXX(*) e/ou terceiros.

Nota Explicativa 9: Descrever detalhadamente o período, como e por quem será feito o acompanhamento do acordo, em consonância com os artigos 67, caput, e parágrafo primeiro, e 70, da Lei nº 8.666/93).

() Se for o caso do Acordo ser fiscalizado por um órgão competente como o MPF, MP-ES, IEMA, IBAMA... Se não for o caso deverá colocar Ifes.*

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Acordo é de XX (por extenso) ano/meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o disposto no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

Nota Explicativa 10: Indicar o período de vigência do acordo e, quando necessária, a forma de prorrogação, de acordo com o artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

Este Acordo poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

Nota Explicativa 11: Descrever detalhadamente as condições para alterações do pactuado, que deverão ser feitas por Termo Aditivo, conforme previsão do art. 60, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

A denúncia ou rescisão deste Acordo poderá ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer um dos partícipes, mediante notificação, com antecedência mínima de XX (por extenso) dias. A eventual rescisão deste Acordo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, os quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

Parágrafo Único - Constituem motivo para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que tome material ou formalmente inexecutável, imputando-se aos partícipes as responsabilidades pelas obrigações.

Nota Explicativa 12: Descrever detalhadamente as condições de denúncia e rescisão, em consonância com os artigos 55, VIII, e 78, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Acordo será providenciada pelo Ifes, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, em conformidade com o que estabelece o parágrafo único do art. 61, da lei nº 8.666/93 ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Nota Explicativa 13: Descrever detalhadamente como e quem fará a publicação, indicando quem arcará com o ônus da publicação, conforme art. 61, § único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou litígio que porventura possam surgir da execução desta parceria, fica eleita a Subseção de Vitória-ES, Justiça Federal - Seção Judiciária do Espírito Santo sendo o foro competente nos termos do inciso I do art.109 da Constituição da República Federativa do Brasil, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam este termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Local, ___ de _____ de _____.

Ifes

XXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

Nome completo:
Carteira de Identidade:

Nome completo:
Carteira de Identidade:

Nome completo:
Carteira de Identidade:

Nota Explicativa 14: AO FINALIZAR O DOCUMENTO RETIRAR TODAS AS INFORMAÇÕES EM VERMELHO (NOTAS EXPLICATIVAS) INCLUSIVE ESTA